



SINDICATO NACIONAL DA POLÍCIA

Sede Nacional: Rua Varela Silva, Lote 17, Loja B, 1750-403 Lisboa
Telefone: 217551770 Fax: 217551771 E-mail: sinapol@sinapol.net

Secretariado Metropolitano do Porto: Praceta Ferreira Castro Nº 253 Loja Esquerda/Direita
4450-000 MATOSINHOS Telefone/Fax: 229 387 638 E-Mail: sinapolporto@sinapol.net



Membro da Confederação
Europeia de Polícia



Membro do Concelho
Internacional de Associações
Representativas de Polícias

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA 25 DE SETEMBRO DE 2009

PORQUE NOS PREOCUPAMOS COM SEGURANÇA E COM A DEMOCRACIA

A três dias de uma decisão importante para o país e principalmente para os portugueses, o Sindicato Nacional da Policia, enquanto representante de uma parte dos portugueses, que são os profissionais de polícia, considera ser hora de também os polícias através das suas associações sindicais, poderem dizer ao partido ou partidos políticos que vierem a formar Governo, aos novos deputados eleitos para o Parlamento e à Direcção Nacional da PSP, que erros, factos e decisões como as que no passado aconteceram e que se descrevem, não podem de forma alguma continuarem a acontecer a bem da democracia.

Não se pode aceitar que políticas irresponsáveis na área da segurança e justiça, ponham em causa a segurança do País, dos cidadãos, dos tribunais e muitas vezes dos polícias que tanto se esforçam, com sacrificio pessoal e familiar, para garantir a lei e ordem.

- *São exemplos de políticas erradas de justiça e segurança, aquelas que visem a suspensão de escolas de formação de polícias, aquelas que visem alterar leis, como o Código de Processo Penal e o Código Penal sem ouvir devidamente o sector da segurança e justiça, leis que façam passar a imagem de impunidade e as leis ou decisões que em busca de medidas economicistas criem limitações que tornam cada vez mais difícil o combate ao crime.*

Não pode o futuro Parlamento, através da 1ª Comissão (Comissão De Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias), o Governo através do Ministério da Administração Interna e a Direcção Nacional da Polícia através do Director Nacional, continuarem a fechar os olhos e muitas vezes a alimentarem as graves violações dos direitos legalmente conferidos aos trabalhadores portugueses e neste caso em concreto aos polícias.

- *Repetitivamente Leis, Decretos-Lei, Portarias e outras decisões têm sido publicados em Diário da Republica ou nas Ordens de Serviço da PSP, sem nunca terem sido alvo de qualquer tipo de negociações ou consultas sindicais, numa descarada violação de direitos que são constitucionalmente garantidos aos trabalhadores através dos sindicatos para os representarem em sede de negociações ou consulta sindical.*
- *Analogamente os direitos de actividade sindical nas unidades e serviços da PSP também têm sido por vezes proibidos, mais uma vez à revelia da Constituição da Republica Portuguesa e da Lei Sindical da PSP*

Também não se pode aceitar que o Parlamento, através da 1ª Comissão (Comissão De Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias), o Governo através do Ministério da Administração Interna e a Direcção Nacional da Polícia através do Director Nacional, continuem ignorar que os representantes sindicais dos polícias, estejam constantemente a serem ameaçados com processos disciplinares, meramente pelo facto de serem sindicalistas, pois esta ameaça à manutenção de vínculo profissional com a PSP, parecer ser a forma mais fácil de os condicionar, limitar e coagir relativamente ao seu legal direito de exercer livremente a actividade sindical e desta maneira de se exprimirem em nome dos que representam. È de salientar, enfim, que em muitos casos a opção de ignorar transforma-se na de promoção e incentivo de tal ilegalidade.

- *Muitos foram os processos disciplinares movidos aos representantes sindicais numa tentativa de os silenciar ou como forma de represália por atitudes contrárias ao que o suposto “Interesse Publico ou de alguém”, muitos foram os sindicalistas que no exercício do seu direito sindical de livre expressão sofreram penas disciplinares ao limite de terem sido demitidos da PSP, quanto claramente tais processos nunca deveriam num pais democrático, europeu e respeitador dos direitos sindicais sequer terem existido.*
- *Também muitos têm sido os sindicalistas a quem a Lei garante a **imobilidade** do local de serviço durante o período em que ocuparem cargos sindicais, e que à revelia da Lei e da sua vontade tem sido transferidos para outros serviços, meramente para mostrar quem manda e mais uma vez numa clara tentativa de os silenciar.*
- *Ainda hoje o simples facto desta conferência de imprensa poder acontecer originou imediatamente comentários anónimos e ameaças a membros deste sindicato numa clara forma de coagirem a realização desta conferência e a divulgação do seu conteúdo.*

Porque acreditamos que podemos ultrapassar o que já muitos chamam de “**Asfixia Democrática**” e evitar que se confirme no futuro o que também já muitos, no caso da polícia, chamam de “**Enforcamento Democrático**” do direito sindical na PSP, estaremos disponíveis para trabalhar tanto com o Parlamento, Governo e Direcção Nacional da Polícia, desde, claro, os princípios basilares de uma sociedade europeia e democrática sejam aplicados, fiscalizados e assim de tudo feitos cumprir no seio hierárquico da polícia

Finalizamos com uma expressão conhecida, “... *que à mulher de César não basta ser séria, tem de parecer séria...*”, ora nós dizer o oposto

**“...QUE AO ESTADO PORTUGUÊS NÃO BASTA PARECER SÉRIO,
TEM MESMO DE SER SÉRIO...”**

A DIRECÇÃO DO SINDICATO NACIONAL DA POLÍCIA